

## REGULAMENTO DO

### BB NOVOS NEGÓCIOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO

CNPJ 12.987.909/0001-64

## CAPÍTULO I – DO FUNDO

**Artigo 1º** - O **BB NOVOS NEGÓCIOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO**, doravante designado **FUNDO**, regido pelo presente Regulamento e demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, é constituído sob a forma de condomínio aberto e com prazo de duração indeterminado.

**Artigo 2º** - O **FUNDO** buscará proporcionar a valorização de suas cotas mediante aplicação dos seus recursos em cotas de fundos de investimento e demais ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro.

**Artigo 3º** - O **FUNDO** é destinado à aplicação dos recursos financeiros oriundos de EFPC – Entidades Fechadas de Previdência Complementar e Pessoas Jurídicas, investidores qualificados que atestem formalmente tal condição, conforme definido pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários de n.º 539 de 13 de novembro de 2013, e alterações posteriores.

**Parágrafo único** - O Regulamento do **FUNDO** e a **ADMINISTRADORA** deverão observar, obrigatoriamente, as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar (“**EFPC**”), atualmente previstas na Resolução n.º 4.661/2018 do Conselho Monetário Nacional (“Resolução CMN n.º 4.661/18”), bem como suas alterações posteriores, no que for aplicável ao **FUNDO**.

## CAPÍTULO II – DA ADMINISTRAÇÃO

**Artigo 4º** - O **FUNDO** é administrado pela **BB GESTÃO DE RECURSOS - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sediada no Rio de Janeiro - RJ, na Praça XV de Novembro nº 20, salas 201, 202, 301 e 302, inscrita no CNPJ sob o nº 30.822.936/0001-69, devidamente credenciada pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários como prestadora de serviços de Administração de Carteiras por meio do Ato Declaratório nº 1481, de 13 de agosto de 1990, doravante abreviadamente designada **ADMINISTRADORA**.

**Artigo 5º** - A **ADMINISTRADORA** é responsável pela Gestão da Carteira do **FUNDO**.

**Artigo 6º** - O responsável pelos serviços de Registro escritural de cotas, tesouraria, controladoria e custódia dos ativos financeiros integrantes da carteira do **FUNDO** é o **BANCO DO BRASIL S.A.**, sociedade de economia mista, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Bloco C, Lote 32, edifício Sede III, Brasília (DF), inscrito no CNPJ sob n.º 00.000.000/0001-91, devidamente credenciado pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários como prestador de serviços de Custódia de Valores Mobiliários por meio do Ato Declaratório nº 5.821, de 03 de fevereiro de 2000.

**Artigo 7º** - Demais prestadores de serviços do **FUNDO**, que não constem neste Regulamento, podem ser consultados no Formulário de Informações Complementares.

**Artigo 8º** - A **ADMINISTRADORA**, observadas as limitações legais e regulamentares, tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração da carteira do **FUNDO**, bem como para exercer todos os direitos inerentes aos ativos financeiros que a integram, inclusive a contratação de terceiros legalmente habilitados para prestação de serviços relativos às atividades do **FUNDO**.

**Artigo 9º** - A taxa de administração cobrada é de 0,15% (quinze centésimos por cento) ao ano e será calculada com base nos dias úteis do ano, à razão de 1/252, sobre o valor diário do patrimônio do **FUNDO**, sendo paga à **ADMINISTRADORA**, mensalmente, por períodos vencidos, no quinto dia útil de cada mês subsequente ao de competência.

**Parágrafo único** - Não há cobrança de taxas de performance, de ingresso ou de saída no **FUNDO**.

**Artigo 10** - O **FUNDO** poderá aplicar seus recursos em cotas de fundos de investimento que cobrem taxa de administração, podendo o custo final, para o cotista, superar o percentual descrito no artigo anterior.

**Parágrafo único** - A taxa máxima de custódia a ser cobrada do **FUNDO** é de 0,01% (um centésimo por cento) ao ano sobre o valor do patrimônio líquido do **FUNDO**.

### CAPÍTULO III – DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO

**Artigo 11** - As aplicações do **FUNDO** deverão se subordinar, exclusivamente, aos requisitos abaixo, sendo que as carteiras dos fundos investidos (**FIs**) poderão possuir políticas de investimento que envolvam vários fatores de risco, sem o compromisso de concentração em nenhum fator em especial ou em fatores diferentes.

**Artigo 12** - O **FUNDO** deverá apresentar a composição abaixo, em relação ao seu patrimônio líquido:

Composição da Carteira	Mínimo	Máximo
1) Cotas de Fundos de Investimento regidos pela Instrução CVM 555/14 e alterações posteriores; 2) Fundo de Investimento em Participações - FIP 3) Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes (FMIEE); 4) Fundo de Investimento Imobiliário (FII).	95%	100%
5) Títulos Públicos Federais	0%	5%
6) Operações compromissadas com lastro em Títulos Públicos Federais	0%	5%
Limites	Mínimo	Máximo
1) Aplicação em cotas de um mesmo fundo de investimento	0%	100%
2) Aplicação em fundos de investimento sob administração da ADMINISTRADORA	0%	100%

**Parágrafo 1º** - Os **FIs**, nos quais o **FUNDO** investe, poderão realizar operações em mercados derivativos (vedadas aquelas denominadas “day-trade” e “a descoberto”) compatíveis à política de investimentos do **FUNDO**, com o objetivo exclusivo de proteger sua carteira, e desde que tais operações não gerem exposição, a esses mercados, superior ao patrimônio líquido do **FUNDO** e observem o disposto na Resolução CMN n.º 4661/18.

**Parágrafo 2º** - As operações das carteiras do **FUNDO** e dos **FIs** deverão ser realizadas por meio de plataformas eletrônicas de negociação administradas por entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários, nas suas respectivas áreas de competência.

**Parágrafo 3º** - É vedado ao **FUNDO** aplicar em cotas de fundos destinados exclusivamente a investidores profissionais.

**Parágrafo 4º** - É vedado ao **FUNDO** e aos **FIs** aplicar em ativos financeiros ou modalidades não previstas na Resolução CMN n.º 4.661/18;

**Parágrafo 5º** - As **EFPC** são responsáveis pelo enquadramento de seus investimentos aos limites estabelecidos pela mencionada Resolução CMN n.º 4.661/18 e demais normas específicas, aplicáveis a elas e às suas aplicações, sendo que o controle dos referidos limites não é de responsabilidade da **ADMINISTRADORA** e/ou da **GESTORA** deste **FUNDO**.

**Artigo 13** - A rentabilidade do **FUNDO** é função do valor de mercado dos ativos financeiros que compõem sua carteira. Esses ativos apresentam alterações de preço, o que configura a possibilidade de ganhos, mas também de perdas. Desta forma, eventualmente, poderá haver perda do capital investido, não cabendo à **ADMINISTRADORA**, nem ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC, garantir qualquer rentabilidade ou o valor originalmente aplicado.

## CAPÍTULO IV – DA DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

**Artigo 14** - O **FUNDO** incorporará ao seu patrimônio os dividendos, juros sobre capital próprio ou outros rendimentos porventura advindos de ativos e/ou operações que integrem a carteira do **FUNDO**.

## CAPÍTULO V – DOS FATORES DE RISCO

**Artigo 15** - Os ativos financeiros que compõem a carteira do **FUNDO** e dos Fundos investidos sujeitam-se, em especial, aos seguintes riscos:

- a) **Risco de Taxa de Juros** - A rentabilidade do fundo pode ser impactada em função da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo **FUNDO**, ocasionadas pela variação das taxas de juros praticadas no mercado.
- b) **Risco de Crédito** - Consiste no risco de os emissores dos ativos financeiros de renda fixa que integram a Carteira não cumprirem com suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados. Compreende também o risco de perda de valor em função da deterioração da classificação de risco do emissor, ou da capacidade de pagamento do emissor ou das garantias.
- c) **Risco de Liquidez** - Consiste no risco de o **FUNDO**, mesmo em situação de estabilidade dos mercados, não estar apto a efetuar, dentro do prazo máximo estabelecido no Regulamento, pagamentos relativos a resgates de cotas, em decorrência do grande volume de solicitações de resgate e/ou outros fatores que acarretem na falta de liquidez dos mercados nos quais os ativos financeiros integrantes da Carteira são negociados, podendo tal situação perdurar por período indeterminado. Além disso, para todos os fundos que tenham despesas, o risco de liquidez compreende também a dificuldade em honrar seus compromissos. A falta de liquidez pode provocar a venda de ativos com descontos superiores àqueles observados em mercados líquidos.
- d) **Risco Proveniente do uso de Derivativos** - Os preços dos contratos de derivativos são influenciados por diversos fatores que não dependem exclusivamente da variação do preço do ativo objeto. Dessa forma, operações com derivativos, mesmo com objetivo exclusivo de proteger posições, podem ocasionar perdas para o **FUNDO** e, conseqüentemente, para seus cotistas.
- e) **Risco de Concentração** - Consiste no risco de perdas, decorrentes da pouca diversificação de emissores dos ativos financeiros componentes da carteira do **FUNDO**.

- f) **Risco de Investimento em Títulos Indexados à Inflação** - o valor dos ativos financeiros pode aumentar ou diminuir de acordo com a variação do índice de inflação ao qual está atrelado. Em caso de queda do valor desses ativos, o patrimônio líquido do **FUNDO** pode ser afetado negativamente.
- g) **Risco de juros pós-fixados (CDI, TMS)** - os preços dos ativos podem variar em virtude dos spreads praticados nos ativos indexados ao Certificado de Depósito Interbancário ou à Taxa Média SELIC.
- h) **Risco de Conjuntura** - Possibilidade de perdas decorrentes de mudanças verificadas nas condições políticas, culturais, sociais, econômicas ou financeiras do Brasil ou de outros países.
- i) **Risco Sistemico** - Possibilidade de perdas em virtude de dificuldades financeiras de uma ou mais instituições que provoquem danos substanciais a outras, ou ruptura na condução operacional de normalidade do Sistema Financeiro Nacional.
- j) **Risco Regulatório** - a eventual interferência de órgãos reguladores no mercado como o Banco Central do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, podem impactar os preços dos ativos ou os resultados das posições assumidas.

## CAPÍTULO VI - DA EMISSÃO E DO RESGATE DE COTAS

**Artigo 16** – O valor da cota é calculado por dia útil, independente de feriado de âmbito estadual ou municipal na sede da **ADMINISTRADORA**, com base em avaliação patrimonial que considere o valor de mercado dos ativos financeiros integrantes da carteira.

**Artigo 17** - Os valores mínimos ou máximos para movimentações e permanência no **FUNDO** estão disponíveis no Formulário de Informações Complementares do **FUNDO**.

**Artigo 18** - As aplicações serão efetuadas pelo valor da cota de fechamento, em vigor no dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo cotista em favor do **FUNDO** (D+0), desde que observado o horário constante no Formulário de Informações Complementares do **FUNDO**.

**Artigo 19** - É vedada a cessão ou transferência das cotas do **FUNDO**, exceto por:

- a) decisão judicial ou arbitral;
- b) operações de cessão fiduciária;
- c) execução de garantia;

- d) sucessão universal;
- e) dissolução de sociedade conjugal ou união estável por via judicial ou escritura pública que disponha sobre a partilha de bens; e
- f) transferência de administração ou portabilidade de planos de previdência.

**Artigo 20** - Os pedidos de aplicação e de resgate serão processados normalmente, ainda que em dia de feriado municipal ou estadual no local da sede da **ADMINISTRADORA**.

**Artigo 21** - É facultado a **ADMINISTRADORA** suspender, a qualquer momento novas aplicações no **FUNDO**, desde que tal suspensão se aplique indistintamente a novos investidores e cotistas atuais.

**Artigo 22** – O **FUNDO** possui prazo de carência para resgate de cotas até o dia 06/12/2028.

**Parágrafo 1º** - O **FUNDO** poderá realizar resgate de cotas durante o período de carência, desde que as condições do resgate sejam definidas em assembleia geral de cotistas, e que o resgate esteja condicionado à liquidez dos ativos financeiros que compõem a carteira do **FUNDO**, de acordo com a avaliação da **ADMINISTRADORA**.

**Parágrafo 2º** – A partir de 90 dias que antecedem o fim do prazo de carência poderá ser realizada assembleia geral de cotistas para deliberar sobre a prorrogação do período de carência, com a indicação de nova data para o seu término.

**Artigo 23** - Os resgates de cotas serão efetuados pelo valor da cota apurada no fechamento do dia útil subsequente à data do recebimento do pedido dos investidores (D+1), desde que observado o disposto no artigo 22 acima e o horário constante no Formulário de Informações Complementares do **FUNDO**.

**Parágrafo 1º** - O crédito do resgate será efetuado na conta corrente ou de investimentos do cotista, mantida no Banco do Brasil S/A, até o 4º (quarto) dia útil contado a partir do recebimento de cada pedido de resgate, condicionado às condições de mercado e liquidez apresentadas pelos ativos financeiros integrantes das carteiras dos fundos investidos, especialmente FIP, FII e FMIEE, casos em que o prazo acima descrito poderá sofrer alterações.

**Parágrafo 2º** - Tendo em vista que a política de investimentos constante do Capítulo III permite a aplicação dos recursos do **FUNDO** em cotas de fundos de investimento diversos, inclusive aqueles com carência ou com cotização específica, poderá ocorrer descasamento entre a liquidação financeira dos resgates solicitados pelo **FUNDO** e a dos resgates solicitados por seus cotistas.

**Parágrafo 3º** - No caso de ocorrência do disposto no parágrafo anterior, a conversão e o pagamento dos resgates solicitados pelos cotistas obedecerá, relativamente a essas aplicações, os prazos estabelecidos para resgate dos fundos investidos.

**Parágrafo 4º** - É devida pela **ADMINISTRADORA**, multa de meio por cento ao dia sobre o valor do resgate, caso seja ultrapassado o prazo para o crédito estabelecido no Parágrafo 1º acima, à exceção do disposto no artigo 24 abaixo.

**Artigo 24** - No caso de fechamento dos mercados ou em casos excepcionais de iliquidez dos ativos financeiros componentes da carteira, inclusive em decorrência de pedidos de resgates incompatíveis com a liquidez existente, ou que possam implicar alteração do tratamento tributário do **FUNDO** ou do conjunto dos cotistas, em prejuízo destes últimos, o administrador poderá declarar o fechamento do **FUNDO** para a realização de resgates.

**Parágrafo 1º** - Ao declarar o fechamento do **FUNDO**, o Administrador deve proceder à imediata divulgação de fato relevante, tanto por ocasião do fechamento, quanto da reabertura do Fundo.

**Parágrafo 2º** - Caso o **FUNDO** permaneça fechado por período superior a 5 (cinco) dias consecutivos, é obrigatória a convocação de Assembleia Geral Extraordinária, no prazo máximo de 1 (um) dia, para deliberar, no prazo de até 15 (quinze) dias, sobre as seguintes possibilidades:

- a) substituição do administrador, do gestor ou de ambos;
- b) reabertura ou manutenção do fechamento do **FUNDO** para resgate;
- c) possibilidade do pagamento de resgate em ativos financeiros;
- d) cisão do **FUNDO**; e
- e) liquidação do **FUNDO**.

**Artigo 25** - Os cotistas têm conhecimento de que o **GESTOR** deverá manter sua estratégia de alocação, não sendo obrigado a desinvestir recursos aplicados em **Fis** com maior liquidez, caso tal desinvestimento possa acarretar prejuízo aos demais cotistas.

## CAPÍTULO VII – DA ASSEMBLEIA GERAL

**Artigo 26** - Compete privativamente à assembleia geral de cotistas deliberar sobre:

- a) demonstrações contábeis apresentadas pela **ADMINISTRADORA**;
- b) substituição do administrador, do gestor ou do custodiante do **FUNDO**;
- c) fusão, incorporação, cisão, transformação ou liquidação do **FUNDO**;



- d) aumento da taxa de administração, da taxa de performance ou da taxa máxima de custódia;
- e) alteração da política de investimento do **FUNDO**;
- f) a emissão de novas cotas, no **FUNDO** fechado;
- g) a amortização e o resgate compulsório de cotas, caso não estejam previstos no Regulamento;
- h) alteração do Regulamento.

**Parágrafo único** - Este Regulamento poderá ser alterado independentemente de assembleia geral, sempre que tal alteração decorrer (a) exclusivamente da necessidade de atendimento a normas legais ou regulamentares, exigências expressas da CVM, de entidade administradora de mercados organizados onde as cotas do fundo sejam admitidas à negociação, ou de entidade autorreguladora, nos termos da legislação aplicável e de convênio com a CVM; (b) em virtude de atualização dos dados cadastrais da **ADMINISTRADORA** ou dos prestadores de serviços do **FUNDO**, (c) ou ainda, devido a redução das taxas de administração, de custódia ou de performance.

**Artigo 27** - A convocação das assembleias será feita, no mínimo, com 10 (dez) dias de antecedência da data de sua realização, e poderá ser efetuada por meio físico ou eletrônico, a critério da **ADMINISTRADORA**

**Parágrafo único** - Caso a convocação da assembleia seja realizada por meio eletrônico, a **ADMINISTRADORA** enviará, preferencialmente, e-mail para o endereço eletrônico do cotista cadastrado no Banco do Brasil e publicará a convocação e material de apoio necessário e pertinente aos itens que serão deliberados na página do **FUNDO** na rede mundial de computadores ([www.bb.com.br/bbdtvm](http://www.bb.com.br/bbdtvm)).

**Artigo 28** - É admitida a possibilidade de a **ADMINISTRADORA** adotar processo de consulta formal aos cotistas, em casos que julgar necessário. As deliberações serão tomadas com base na maioria dos votos recebidos.

**Artigo 29** - A Assembleia Geral pode ser realizada por meio eletrônico, devendo estar resguardados os meios para garantir a participação dos cotistas e a autenticidade e segurança na transmissão de informações, particularmente os votos, que devem ser proferidos por meio de assinatura eletrônica legalmente reconhecida.

**Artigo 30** - Somente poderão votar nas assembleias, os cotistas inscritos no registro de cotistas na data da convocação da assembleia, seus representantes legais ou procuradores constituídos há menos de 1 (um) ano.



**Artigo 31** - As demonstrações contábeis do **FUNDO** serão aprovadas em assembleia geral ordinária que se reunirá anualmente.

**Artigo 32** - As deliberações relativas às demonstrações contábeis do **FUNDO** que não contiverem opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de quaisquer cotistas.

## **CAPÍTULO VIII – DA FORMA DE COMUNICAÇÃO AOS COTISTAS**

**Artigo 33** - A **ADMINISTRADORA** disponibilizará os documentos e as informações do **FUNDO** a todos os cotistas preferencialmente por meio eletrônico, de acordo com a Instrução CVM n.º 555/14 e alterações posteriores.

**Artigo 34** - O extrato, disponibilizado mensalmente aos cotistas, estará disponível somente por meio do autoatendimento BB na internet ([www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)). O cotista poderá, também, solicitar este documento em sua agência de relacionamento.

**Artigo 35** - Caso a **ADMINISTRADORA** envie correspondência por meio físico aos cotistas, os custos decorrentes deste envio serão suportados pelo **FUNDO**.

## **CAPÍTULO IX – DOS ENCARGOS**

**Artigo 36** - Constituem encargos que poderão ser debitados ao **FUNDO** pela **ADMINISTRADORA**, no que couber:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do **FUNDO**;
- b) despesas com o registro de documentos em cartório, impressão, expedição e publicação de relatórios e informações periódicas previstas na Instrução CVM n.º 555/14 e alterações posteriores;
- c) despesas com correspondências de interesse do **FUNDO**, inclusive comunicações aos cotistas;
- d) honorários e despesas do auditor independente;
- e) emolumentos e comissões pagas por operações do **FUNDO**;

- f) honorários de advogado, custas e despesas processuais correlatas, incorridas em razão de defesa dos interesses do **FUNDO**, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação imputada ao **FUNDO**, se for o caso;
- g) parcela de prejuízos não coberta por apólices de seguro e não decorrente diretamente de culpa ou dolo dos prestadores dos serviços de administração no exercício de suas respectivas funções;
- h) despesas relacionadas, direta ou indiretamente, ao exercício de direito de voto decorrente de ativos financeiros do **FUNDO**;
- i) despesas com liquidação, registro, e custódia de operações com títulos e valores mobiliários, ativos financeiros e modalidades operacionais;
- j) despesas com fechamento de câmbio, vinculadas às suas operações ou com certificados ou recibos de depósito de valores mobiliários;
- k) no caso de **FUNDO** fechado, a contribuição anual devida às bolsas de valores ou às entidades do mercado organizado em que o **FUNDO** tenha suas cotas admitidas à negociação;
- l) as taxas de administração e de performance;
- m) os montantes devidos a **FUNDOS** investidores na hipótese de acordo de remuneração com base na taxa de administração e/ou performance; e
- n) honorários e despesas relacionadas à atividade de formador de mercado.

**Artigo 37** - Quaisquer despesas não previstas como encargos do **FUNDO**, correm por conta da **ADMINISTRADORA**, devendo ser por ela contratadas.

## CAPÍTULO X – DISPOSIÇÕES GERAIS

**Artigo 38** - O exercício social do **FUNDO** compreende o período de 1º de julho a 30 de junho.

**Artigo 39** - Este regulamento subordina-se às exigências previstas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN (Resolução 4.661/18 e alterações posteriores) e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em especial, à Instrução n.º 555/2014 e alterações posteriores.

**Artigo 40** - A posição consolidada dos investimentos realizados por meio de fundos de investimentos e de fundos de investimentos em cotas de fundos de investimentos com as posições das carteiras próprias e carteiras administradas da EFPC, para fins de verificação dos limites estabelecidos na Resolução 4.661/18, não é de responsabilidade da **ADMINISTRADORA** do **FUNDO**.

**Artigo 41** - Esclarecimentos aos cotistas serão prestados por meio da Central de Atendimento Banco do Brasil S.A., conforme telefones abaixo:

**Central de Atendimento BB**

**Atendimento 24 horas, 7 dias por semana**

4004 0001 ou 0800 729 0001

(para serviços transacionais: saldo, extratos, pagamentos, resgates, transferências, demais transações, informações e dúvidas)

**Serviços de Atendimento ao Consumidor - SAC**

**Atendimento 24 horas, 7 dias por semana**

0800 729 0722 (para atendimento de: reclamações, cancelamentos, informações e dúvidas gerais)

+ 55 11 2845 7823 (ligações do exterior, inclusive a cobrar)

**Deficiente Auditivo ou de Fala**

**Atendimento 24 horas, 7 dias por semana**

0800 729 0088

**Ouvidoria BB**

**Atendimento em dias úteis, das 8h às 18h**

0800 729 5678

(reclamações não solucionadas nos canais habituais de atendimento – agências, SAC e demais pontos)

**Suporte Técnico**

**Atendimento 24 horas, 7 dias por semana**

0800 729 0200

(orientações técnicas para o uso adequado dos canais de atendimento)

**Artigo 42** - Demais Informações podem ser consultadas no Formulário de Informações Complementares do **FUNDO**.

**Artigo 43** - Fica eleito o foro da cidade do Rio de Janeiro (RJ), com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para quaisquer ações nos processos judiciais relativos ao **FUNDO** ou a questões decorrentes deste regulamento.

Rio de Janeiro (RJ), 27 de agosto de 2021.

**BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S.A.**

**Marconi Jose Queiroga Maciel**  
**Gerente Executivo**

**Rafael Alcântara da Silva**  
**Gerente de Soluções**